

Livro nº 02 FL 20**CONTRATO**Fls.: 20 - Reg. 101/2017
12/12/17 Ass:

Processo nº 03.17.500

Contratação de empresa para prestação de serviço de cercamento de aproximadamente 168,14 metros, de parte do lote 7 A da Quadra 156, situado com frente para Rua Pastor José Batista, no bairro Jatobá, bem como montagem e instalação de um portão de uma só banda, incluído mão de obra e materiais, que celebram a PBH Ativos e a empresa LMS CONSTRUÇÕES EIRELI – ME.

A **PBH ATIVOS S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 – 12º Andar – Savassi – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pela sua Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 441.021.276-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **LMS CONSTRUÇÕES EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.660.252/0001-40, estabelecida à Rua Belo Horizonte, n. 467, Centro, Claudio/MG, CEP: 35.530-00, representada por seu sócio administrador, Luís Miguel Martins dos Santos, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF 740.948.151-04, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão eletrônico 002/2017, processo administrativo nº 03.17.500 em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005 e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço de cercamento de aproximadamente 168,14 metros, de parte do lote 7 A da Quadra 156, situado com frente para Rua Pastor José Batista, no bairro Jatobá, bem como montagem e instalação de um portão de uma só banda, incluído mão de obra e materiais, conforme descrição constante dos anexos deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$ 33.900,00 (Trinta e três mil e novecentos reais), entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO FINANCEIRO

O custo deste contrato ocorrerá por disponibilidade financeira da PBH Ativos S.A., nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003/10.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência deste contrato de prestação de serviços será de 4 (quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme disposto no artigo 57 da Lei 8.666/93.
- 4.2. O contrato poderá ser reajustado ou corrigido monetariamente pelo IPCA, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, observando os termos do artigo 40, XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO

- 5.1. O prazo para execução dos serviços pela Contratada será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, e, o seu recebimento pela Contratante, será procedido da seguinte forma:
- a) **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação se encontrar da conformidade com o especificado no edital e anexos.
 - b) **Definitivamente**, no caso de a execução do serviço estar de acordo com o especificado no edital e anexos.
- 5.2. A execução do serviço deverá ser feita no local abaixo e conforme Anexo I deste edital:
LOTE 007A - QUADRA 156-BAIRRO JATOBÁ
Frente para Rua Pastor José Batista – Belo Horizonte – Minas Gerais

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I deste contrato.
- 6.2. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
- 6.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto à prestação do serviço.
- 6.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.
- 6.6. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.
- 6.7. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no item 7 do edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 6.8. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

- 6.9. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 6.10. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à prestação do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Acompanhar e fiscalizar os serviços contratados, através da Gerência de Patrimônio.
- 7.2. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no item 7 do edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 7.3. Prestar todas as informações necessárias com clareza à Contratada para a execução dos serviços contratados.
- 7.4. Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela Contratada.
- 7.5. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeita a Contratada às seguintes sanções administrativas:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e impedimento de contratar, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- 8.2. Compete ao Diretor Executivo da PBH Ativos S/A aplicar as penalidades previstas no subitem 8.1, letras “a”, “b” e “c”, devendo o recurso administrativo será analisado e julgado pelo Diretor Presidente da PBH Ativos.
- 8.3. Compete ao Diretor Presidente da PBH Ativos aplicar as penalidades previstas no subitem 8.1, letra “d” e o recurso administrativo será analisado e julgado pelo Conselho de Administração da PBH Ativos.

8.4. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA da plena execução do objeto contratado.

8.5. Da advertência:

8.5.1. A sanção de advertência, prevista neste Edital, consiste em comunicação formal ao infrator decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a CONTRATANTE.

8.6. Da multa:

8.6.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no Edital, nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

I – Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;

II – Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III – multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela PBH Ativos S/A;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;
- f) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

IV – Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo Contratante, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) não devolver os eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
- e) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

- f) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- g) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo Contratante;
- h) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- i) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- j) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

V – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI – Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;

VII – indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

8.6.2. Se a recusa em assinar o contrato a que se refere o inciso II do subitem 8.6.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

8.6.3. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

8.6.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste contrato, cumulando-se os respectivos valores.

8.6.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

8.6.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

8.7. Dos procedimentos

8.7.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

8.7.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

8.7.2.1. Será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso administrativo.

8.7.2.2. O recurso administrativo não terá efeito suspensivo.

8.7.2.3. Será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

8.7.3. Os prazos serão computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos e o início e o vencimento dos prazos dar-se-ão em dia útil.

8.7.4. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

- I – Poderão ser descontados do valor da fatura imediatamente subsequente ao decurso do prazo previsto no subitem 8.7.2.3;
- II – Impossibilitado o desconto a que se refere o inciso I acima, poderão ser adotadas as medidas extrajudiciais, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e judiciais.

CLÁUSULA NONA: DO PAGAMENTO

9.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados pela Gerência de Patrimônio da PBH Ativos S/A, após a execução dos serviços e recebimento definitivo do objeto contratado.

9.2. O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira da PBH Ativos S/A, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data da apresentação da fatura respectiva, que será emitida após o recebimento definitivo.

9.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizada e o período da execução.

9.4. A Contratada deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente e deverá entregá-la até 1 (um) dia após sua emissão.

9.5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no início do serviço;
- e) a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- g) o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- i) a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- j) a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- l) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- m) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- n) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- o) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- p) a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;
- q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- r) o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

10.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

10.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, com supedâneo no inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93;

10.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

10.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

10.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

10.5.1. Devolução da garantia;

10.5.2. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

10.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

10.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

10.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.7.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Os preços dos serviços não poderão ser reajustados na vigência deste Instrumento, salvo em eventuais prorrogações que importem aumento do prazo de execução.

11.2. Na ocorrência do subitem 11.1 os preços serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, observando os termos do artigo 40, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

12.3. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS ANEXOS

Vincula-se ao presente contrato os anexos I, II e a proposta da CONTRATADA, nos termos do art. 55, XI, da Lei nº 8.666/93 e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente contrato no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus do Contratante.


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2017.



Soraya Mourthé
Diretoria Executiva
PBH Ativos S.A.



Pedro Meneguetti
Diretoria da Presidência
PBH Ativos S.A.



Luís Miguel Martins dos Santos
Sócio administrador
LMS Construtora Eireli - ME